

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.272 - GO (2014/0119870-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : ENCOL S/A ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA -
MASSA FALIDA
ADVOGADOS : OLVANIR ANDRADE DE CARVALHO - ADMINISTRADOR
JUDICIAL - GO002045
RODRIGO COUTINHO MAGALHÃES PEREIRA E OUTRO(S) -
GO022900
RECORRIDO : IÊDA VÂNIA DE SOUSA
ADVOGADOS : PEDRO HENRIQUE GAMA FERREIRA - DF029273
SUELY FERNANDES MESSERE - DF027109

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por massa falida de ENCOL S.A. - Engenharia, Comércio e Indústria, visando à reforma de acórdão que, em habilitação retardatária de crédito, proveu em parte a apelação da recorrida contra sentença de procedência parcial dos pedidos, conforme ementa assim resumida (fls. 160/161):

APELAÇÃO CÍVEL EM PROCESSO FALIMENTAR. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO RETARDATÁRIO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. CLASSIFICAÇÃO. APURAÇÃO DO VALOR. ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO.

I - É inafastável o direito de incluir, no quadro geral de credores da Massa Falida, os valores constantes do título executivo judicial, impondo-se reconhecer o crédito para a devida habilitação sob o crivo do ordenamento jurídico que rege a matéria.

II - Notadamente no âmbito do ordenamento falimentar e no procedimento de habilitação, é imperativo observar, fielmente, o comando sentencial que é o objeto do pedido de habilitação, sob pena de restar malferida a coisa julgada.

III - A quantia relativa aos valores incontroversos (sinal e parcelas quitadas pela habilitante) deve ser classificada como crédito com privilégio especial, em atenção ao disposto no Decreto-Lei nº 7.661/45 102 § 2º I, e a pena pecuniária (multa de 50%), dada a natureza sancionatória, dentre os quirografários.

IV - A atualização do crédito sob habilitação deve observar os exatos termos do título judicial até a data da decretação da quebra da Encol SIA, e a partir daí, cabível à incidência da correção monetária pela TR até o efetivo pagamento; sendo devidos os juros de mora somente se o ativo suportar (DL nº 7.661/45 26 *caput*).

Superior Tribunal de Justiça

V - A diretriz jurisprudencial do STJ é assente que, em processo de habilitação de crédito em falência, desde que instaurada litigiosidade por meio de impugnação, é cabível a imposição de honorários advocatícios ao vencido, devendo ser observado o princípio da sucumbência.

APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.
SENTENÇA REFORMADA.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados às fls. 202/213.

No inconformismo, ENCOL alega a violação do art. 9º da Lei 8.177/1991, com a redação introduzida pelo art. 30 da Lei 8.218/1991, no sentido de que é incabível a incidência de correção monetária após o decreto de quebra, ocorrido em 16.3.1999, somente sendo possível o cálculo da atualização pelo índice da TRD até esse momento, ao passo que depois essa mesma taxa somente pode ser aplicada sobre o débito da falida a título de juros de mora, a teor de precedentes do STJ no REsp 34.094/RJ (Terceira Turma, Rel. Ministro Waldemar Zveiter, DJU de 5.6.1995) e no REsp 157.728 (Segunda Seção, Rel. Ministro Ruy Rosado de Aguiar, DJU de 4.9.2000).

Por conta disso, sustenta que o acórdão do TJGO infringe a norma legal em questão ao admitir o cálculo pelo INPC entre a citação e aquele termo, e a fluência da correção monetária supervenientemente à falência até o efetivo pagamento da obrigação, ao passo que apenas seriam devidos juros de mora na hipótese da satisfação dos credores, verificada a sobra de valores, como forma de preservar o princípio da *pars conditio creditorum*.

Tal se deve, segundo argumenta, porque no indexador já estão embutidos os juros de mora e a atualização da perda inflacionária, da mesma forma como reconhecido em relação à SELIC.

Não foram apresentadas contrarrazões (cf. certidão de fl. 291).

Admissibilidade positiva às fls. 298/301.

Parecer do Ministério Público Federal no sentido da negativa de seguimento ao apelo (fls. 314/319).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei 13.105, de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de

Superior Tribunal de Justiça

admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

A pretensão reformatória não prospera.

Com efeito, a Corte estadual determinou a preservação dos critérios estabelecidos no título executivo judicial por não vislumbrar possibilidade de negar observância à coisa julgada. Confira-se (fls. 168/178):

Como relatado, o pedido de habilitação de crédito está instruído com a sentença proferida no juízo cível de Brasília -DF, junto à ação de rescisão contratual em desfavor da empresa falida, **valendo-se, pois, a credora/habilitante de título judicial contra a massa falida da Encol S/A, eis que operada à rescisão contratual, com trânsito em julgado** (fl. 51).

Atendo à tese recursal, **tenho que se impõe a reforma da sentença para repelir a vulneração à coisa julgada, reconhecendo os lindes do título judicial para a devida habilitação** sob o crivo do ordenamento jurídico que rege a matéria, eis que atendida a regra do DL nº 7.661/45 82 § 1º e 92.

É ressabido que o crédito, uma vez reconhecido judicialmente, deve ser devidamente submetido à verificação pelo juízo falimentar, e então classificado, a fim de que o credor receba o que legitimamente lhe é devido, segundo a natureza ou qualidade do direito e ordem de preferência, concluindo com sua habilitação.

Para tanto, rememoro que o título judicial condenou a Encol na restituição de todos os valores pagos "(conforme tabela de fl. 37)", corrigidos de juros de mora à razão de 0,5% ao mês, a partir da citação, e ainda, a condenação, a título de multa, no valor de 50% do total apurado (fl. 11). Diga-se que a multa refere-se a previsão do art. 35 § 5º da Lei nº 4.591/64, devendo os juros e atualização monetária, definida na sentença, ser alocada após o seu acréscimo, nos termos do voto condutor do acórdão visto às fls. 12/16: *"A multa tem dupla finalidade: a) punir o mal e falso incorporador e b) reparar objetivamente o prejuízo do comprador, deve ter efetividade e operância. Logo, inclui os juros legais e a atualização monetária sobre as importâncias pagas e, sobre esse montante, deve ser calculada."* (...) *"ou seja, deverá a ré pagar, também, o valor correspondente a 50% do total apurado, de acordo como o cálculo não impugnado de fl. 37, corrigido a partir de então, acrescidos dos juros moratórios, tal como fixado na*

sentença".

De forma bem clara, deflui do direito creditório vantagens relativas aos valores efetivamente pagos - à título de sinal (R\$ 372.900.000,00) e parcelas quitadas (R\$ 280.000.000,00) -, bem como de multa de 50% sobre o total da condenação.

Inicialmente anoto que os valores acima indicados são incontroversos e correspondem, respectivamente, após convertidos à moeda atual, à R\$ 26.785,59 e R\$ 18.857,83, conforme se depreende de ambas as planilhas (fls. 18 e 58), e do documento mencionado na sentença (fl. 52), corroborado pela planilha analítica da Encol vista à fl. 59.

Pois bem. Cotejando os dados constantes das planilhas apresentadas nos autos, temos que a habilitante carreou demonstrativo dos valores informados na sentença (parcelas pagas e multa de 50%), atualizando o total das importâncias pela correção monetária, calculada pelo INPC desde 31/3/1998, e juros de 0,5% ao mês a partir de 30/4/1998 (fl. 18).

Entretanto, tenho que o valor final computado em R\$ 238.745,23 (duzentos e trinta e oito mil, setecentos e quarenta e cinco reais e vinte e três centavos), não corresponde exatamente ao determinado na sentença, vez que o comando judicial foi claro em determinar que sobre o valor total da condenação (parcelas pagas e multa de 50%) deve incidir juros e correção a partir da citação, ou seja, desde 9/6/1998 (fl. 51). Logo, o valor apontado desvencilhou-se do termo de atualização da condenação (juros e correção) indicado no título executivo judicial.

Quanto a planilha apresentada pela massa falida (fl. 58), o total de R\$ 53.957,39 (cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos), **resultou tão-somente do somatório dos valores pagos à título das parcelas quitadas pela adquirente, atualizados pela TR, excluindo assim, o comando da sentença de pagamento da multa de 50% à justificativa da vedação constante da regra do DL nº 7.661/45 23 parágrafo único III.**

É de se concluir, pois, **que ambas as planilhas dissonam do conteúdo da sentença, vulnerando, de consequência, a coisa julgada material** e desatendendo as normas legais aplicáveis à espécie.

É relevante anotar que *"A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é cediça ao dispor que o processo de execução deve observar, fielmente, o comando sentencial inserido na ação de conhecimento transitada em julgado, sob pena de restar malferida a coisa julgada. Isso não significa, porém, que a sentença exequenda*

Superior Tribunal de Justiça

seja avessa à investigações ou interpretações. Muito pelo contrário. Se apenas a interpretação da lei pode revelar o seu real significado e extensão, também as decisões judiciais, leis dos casos concretos, reclamam esforço hermenêutico que revele o seu significado e extensão".

Notadamente no âmbito do ordenamento falimentar e no procedimento de habilitação, **em sendo o objeto do pedido de habilitação um título executivo judicial**, cabe ao juiz verificar se o direito creditório alinha-se fielmente a interpretação da sentença para, em seguida, classificar e apurar o crédito a ser habilitado.

Nessa ordem de ideias, e considerando a fase de classificação e apuração do valor sob habilitação, **deixo de acolher as planilhas apresentadas pelas partes, eis que divergem da interpretação da sentença.**

(...)

Alfim, a respeito dos juros e correção monetária é ressaltado que a decretação da falência suspende a fluência dos juros, legais ou contratuais.

Deflui do DL nº 7.661/45 26 *caput* que "*contra a massa não correm juros, ainda que estipulados forem se o ativo apurado não bastar para o pagamento do principal*".

A melhor interpretação da lei aponta que, os juros vencidos até a data da sentença de quebra, ou seja, até 16/3/1999, somam-se ao principal do crédito para fins de habilitação. De forma direta, para se admitir o pagamento dos juros posteriores à quebra ressaí necessário que todos os credores da falida tenham recebido o que lhes é devido com juros até a falência e correção monetária até o pagamento.(ULHOA).

Destarte, **os juros de mora em 0,5% ao mês, incidentes desde 9/6/1998 (data da citação), ora estipulados no título executivo judicial, devem ser respeitados como elemento integrante do valor principal a ser habilitado até a data da decretação da quebra**, vez que após ficam condicionados à suficiência do ativo.

(...)

Em relação à correção monetária dos créditos admitidos na falência, a Lei nº 8.177/91 pôs fim à vacilações da jurisprudência referentes à aplicação aos processos falimentares da Lei nº 6.899/81, que instituiu a correção dos créditos judiciais.

Tenho repisado, em casos análogos, **que as regras de indexação monetária dos débitos do devedor falido receberão uma regra única, sem prejudicar ou beneficiar ninguém, e para atualizar o**

passivo falimentar aplica-se a Taxa Referencial - TR como moeda única da falência, válida e aplicável a todos os créditos, independentemente de quem seja o credor ou o tipo de contrato que deu origem ao crédito.

É importante ressaltar que, como a correção não representa nenhum acréscimo ao montante da obrigação, uma vez que apenas atualiza a expressão em moeda do mesmo valor, não se lhe aplicam as regras relativas ao pagamento dos juros, ou seja, não se condiciona às forças da massa, devendo incidir, portanto, desde o vencimento do título até o efetivo pagamento (ULHOA).

Com isso, tem-se que a correção monetária será sempre integral, devendo ser paga juntamente com o principal, diversamente dos juros acessórios da dívida, que somente incidirão se houver bens suficientes para pagar.

(...)

À guisa de conclusão, o crédito sob habilitação deve, nos exatos termos da sentença condenatória, ser acrescido de juros de mora na ordem de 0,5% ao mês e correção monetária, desde 9/6/1998 (data da citação), autorizando-se, como quis a habilitante, a indexação monetária pelo INPC até a data da decretação da quebra (16/3/1999). A partir daí, cabível à incidência da correção monetária pela TR até o efetivo pagamento; os juros de mora serão devidos somente se o ativo suportar, como já dito anteriormente. (sem negritos no original)

Como se verifica claramente, o recurso não tem como ser conhecido, pois não foi impugnado o fundamento central do julgado estadual, que se amparou na condicionante da coisa julgada, de observância obrigatória, para a solução da matéria, motivação suficiente por si só para manter o acórdão, que, por consequência, não pode ser alterado por força do veto contido no enunciado 283 da Súmula do STF.

Cabe adicionar ainda nessa linha que os encargos formaram coisa julgada antes da decretação da quebra em ação de conhecimento para rescisão de contrato de compra e venda, não são fruto de disposição oriunda da própria habilitação de crédito retardatária.

Ressalto que a mera alusão de que seriam incabíveis os encargos "...mesmo que estipulados em contrato ou por lei especial..." (fl. 227), não configura impugnação específica para o efeito de evitar a obrigatoriedade de observância do

Superior Tribunal de Justiça

disciplinamento do débito, conforme consta na sentença transitada em julgado da ação que decretou a rescisão do contrato de compra e venda, ocorrida precedentemente à decretação da falência da recorrente.

Essa peculiaridade, de que se cuida de título judicial transitado em julgado, distingue a lide presente dos julgados paradigmáticos, que, por conseguinte, não apresentam exata similitude fática.

Não passa despercebido, ademais, que o fundamento de que a TRD não pode ser utilizada após a decretação da quebra como indexador da correção monetária, mas apenas para o cômputo dos juros de mora, sofre o veto do enunciado 211 da Súmula do STJ, por ausência de prequestionamento, nada obstante a oposição dos embargos de declaração, não encontrando, assim, condições de análise na instância especial, mormente porque não levantada a negativa de vigência do art. 535 do CPC revogado.

Por fim, a defesa apresentada não logra sucesso ao pregar o silogismo de que sem o ajuizamento de ação rescisória seria possível desconsiderar a coisa julgada em favor da mera aplicação de normativo abstrato ao caso concreto.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora